

POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO

PCPE

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO



memoriza.ai

OPA, CONCURSEIRO

Seja muito bem - vindo!

É HORA DE DIRECIONAR SEU FOCO PARA
O QUE REALMENTE
CAI NA PROVA

✓ Nossa amostra oferece mais do que simples conteúdo; **é um presente para você**, embalado com conhecimento que faz a diferença.

✓ Explore dicas estratégicas elaboradas para fixar o conteúdo de forma sólida em sua memória, **tornando-se um candidato mais preparado e confiante**.



Por que escolher o Memoriza.aí?

- 🎯 **Foco** no que realmente cai na prova.
- 📄 Dicas elaboradas para **garantir aprendizado eficaz**.
- 📁 **Presenteie-se** com o conhecimento que faz a diferença.
- 🧠 **Dicas estratégicas** para fixar o conteúdo na memória.
- 🎨 **Layout personalizado**, pensado para facilitar a memorização.
- 👥 **Companhia** nessa jornada até a sua aprovação.



SEJA APROVADO E GARANTA SEU FUTURO

Para quem é nosso guia?



Se você:

- ✓ Precisa **economizar tempo** nos estudos;
- ✓ Busca **potencializar a memorização**;
- ✓ Quer **transformar seus estudos** em um processo eficiente.

Então, nosso **guia de estudos** exclusivamente dedicado ao concurso da PC/PE é perfeito para você!

Você já enfrentou a frustração de estudar horas a fio e, na hora da prova, esquecer tudo? Isso não precisa mais acontecer! O Memoriza.aí veio para revolucionar sua forma de aprender.

Explore dicas estratégicas elaboradas para fixar o conteúdo de forma sólida em sua memória, tornando-se um candidato mais preparado e confiante.

CHEGA DE ESTUDAR SEM RESULTADOS! TRANSFORME SEU APRENDIZADO EM APROVAÇÃO!



SUMÁRIO

- DICA 1: SONS, LETRAS, FONEMAS E DÍGRAFOS
- DICA 2: ENCONTROS VOCÁLICOS
- DICA 3: REGRAS GERAIS DE ACENTUAÇÃO
- DICA 4: MONOSSÍLABOS TÔNICOS
- DICA 5: TECLAS DE ATALHO
- DICA 6: PAINEL DE CONTROLE
- DICA 7: COPIAR/COLAR
- DICA 8: ATALHOS DO EXCEL
- DICA 9: COOKIES
- DICA 10: ABUSO DE PODER
- DICA 11: ATRIBUTOS
- DICA 12: CLASSIFICAÇÕES DOS ATOS
- DICA 13: AGENTES PÚBLICOS I
- DICA 14: AGENTES PÚBLICOS IV
- DICA 15: DIREITO DE PROPRIEDADE - PARTE I
- DICA 16: DIREITO DE PROPRIEDADE - PARTE II
- DICA 17: TRIBUNAL DO JÚRI - PARTE I
- DICA 18: DISCRIMINAÇÃO DE DIREITOS E LIBERDADES FUNDAMENTAIS PARTE IV
- DICA 19: DIREITOS SOCIAIS INDIVIDUAIS DOS TRABALHADORES PARTE II
- DICA 20: CONECTIVOS LÓGICOS I
- DICA 21: RACIOCÍNIO SEQUENCIAL III
- DICA 22: EQUAÇÕES II
- DICA 23: CONTRATOS ADMINISTRATIVOS XII
- DICA 24: CONTRATOS ADMINISTRATIVOS XIII
- DICA 25: CONTRATOS ADMINISTRATIVOS XIV
- DICA 26: LEI PENAL NO TEMPO
- DICA 27: RETROATIVIDADE DA LEI PENAL
- DICA 28: LEIS TEMPORÁRIAS E EXCEPCIONAIS
- DICA 29: LEI PENAL NO ESPAÇO
- DICA 30: TERRITÓRIO BRASILEIRO



clique aqui para conhecer o material completo!

LINGUA PORTUGUESA



memoriza.ai

DICA 01

SONS, LETRAS, FONEMAS E DÍGRAFOS

Vamos diferenciar cada um deles?

- ✔ **Letras:** As letras são os caracteres gráficos que usamos para representar os sons da fala.
- ✔ **Fonemas:** Os fonemas são os **sons da fala que são distintivos na língua**. Em português, temos vários fonemas vocálicos e consonantais.

Por exemplo, os **fonemas vocálicos incluem** /a/, /e/, /i/, /o/ e /u/, enquanto os fonemas consonantais incluem /b/, /p/, /m/, /t/, /d/, /n/, /k/, /g/, /f/, /v/, /s/, /z/, /ʃ/, /ʒ/, entre outros. **Cada fonema é representado por uma ou mais letras.**

Sons: Os sons da fala **são as unidades sonoras que produzimos quando falamos**. Eles correspondem aos fonemas da língua.

Por exemplo, quando dizemos a palavra "casa", os sons /k/, /a/, /s/, e /a/ correspondem aos fonemas que compõem a palavra.

Dígrafos: Dígrafos **são pares de letras que representam um único fonema**. Em português, existem dígrafos tanto para fonemas consonantais quanto para fonemas vocálicos. Alguns *exemplos* de dígrafos consonantais incluem "lh" em "lha", "nh" em "sonho", "rr" em "carro", e "ss" em "passeio". *Exemplos* de dígrafos vocálicos incluem "ai" em "pai", "ei" em "feito", "oi" em "boi", e "ui" em "frui".

Os dígrafos são importantes na língua portuguesa, pois representam sons específicos que não podem ser deduzidos a partir das letras individuais, contribuindo para a complexidade fonética e ortográfica do idioma. É fundamental entender a relação entre letras, fonemas, sons e dígrafos para compreender a pronúncia e a escrita corretas das palavras em português.

DICA 02

ENCONTROS VOCÁLICOS



ENCONTROS VOCÁLICOS

Encontros vocálicos **ocorrem quando duas ou mais vogais aparecem juntas em uma palavra**. Pode ser uma sequência de vogais dentro da mesma sílaba ou em sílabas diferentes.

Exemplos de encontros vocálicos em sílabas diferentes: "país," "raiz," "saúde."

Exemplos de encontros vocálicos na mesma sílaba: "feio," "lua."

DITONGO

O ditongo é uma **sequência de uma vogal seguida ou precedida de uma semivogal (ou vice-versa) na mesma sílaba**.

Ditongos podem ser:

Oral: formados por uma **vogal e uma semivogal** (ou vice-versa), como "pai," "céu."

Nasal: formados por uma **vogal oral e uma semivogal nasal** (ou vice-versa), como "pão," "mãe."

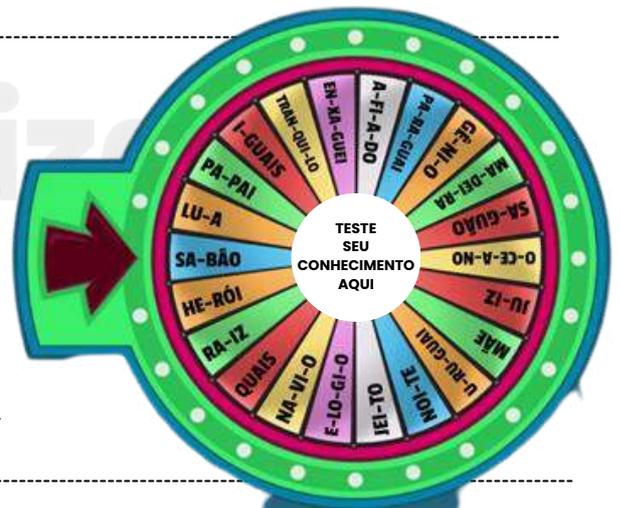
É importante notar que o ditongo **ocorre em única sílaba**.

TRITONGO

O tritongo é uma **sequência de uma vogal seguida por duas semivogais** (ou vice-versa) na mesma sílaba.

Exemplos de tritongos: "Paraguai", "Piauí", "Uruguai", "feiura".

O **tritongo é uma** combinação rara na língua portuguesa.



HIATO

O hiato **ocorre quando duas vogais aparecem juntas, mas são pronunciadas em sílabas separadas**.

Isso geralmente acontece quando **há acento gráfico** (acentos agudos, circunflexos) indicando que as vogais devem ser separadas.

Exemplos de hiato: "saída" (sa-í-da), "poesia" (po-e-si-a), "país" (pa-ís).

O hiato **pode ocorrer tanto em ditongos quanto em tritongos**, quando há necessidade de manter as vogais separadas por razões de pronúncia.

DICA 03

REGRAS GERAIS DE ACENTUAÇÃO

OXÍTONAS:

- Palavras oxítonas **têm a sílaba tônica na última sílaba da palavra.**
- *Exemplos de oxítonas:* me-trô, su-flê, su-por
- Muitas **palavras terminadas em vogais tônicas (á, é, í, ó, ú) ou na letra "a" seguida de "s" são oxítonas.**



PAROXÍTONAS:

- Palavras paroxítonas **têm a sílaba tônica na penúltima sílaba da palavra.**
- *Exemplos de paroxítonas:* ca-rá-ter, ca-va-lei-ro, pa-pa-gai-o.
- A maioria das palavras na língua portuguesa **são paroxítonas.**

PROPÁROXÍTONAS:

- Palavras proparoxítonas **têm a sílaba tônica na antepenúltima sílaba da palavra.**
- *Exemplos de proparoxítonas:* es-tá-di-o, sí-la-ba, sub-sí-di-o.
- As palavras proparoxítonas são menos comuns na língua portuguesa, mas geralmente são reconhecidas por sua sílaba tônica na antepenúltima posição.

LEMBRE-SE!

A classificação de uma palavra como oxítona, paroxítona ou proparoxítona é importante porque influencia as regras de acentuação na língua portuguesa.

DICA 04

MONOSSÍLABOS TÔNICOS

As regras de acentuação para monossílabos tônicos, ou seja, **palavras de uma única sílaba que possuem acento tônico (acentuadas)**, são relativamente simples na língua portuguesa. Os **monossílabos tônicos podem receber acento agudo ou acento circunflexo**, dependendo da palavra e de algumas regras específicas.



ACENTO AGUDO:

- Monossílabos tônicos acentuados com acento agudo são **geralmente palavras interrogativas e exclamativas** que indicam pergunta ou surpresa.

Exemplos: Chá, Dás, Dó, Fé

- Acentuam-se os vocábulos monossílabos tônicos terminados em **a/as, e/es, o/os: dá, pás, mês, só, pós, fé, trás.**

ACENTO CIRCUNFLEXO:

- Monossílabos tônicos acentuados com acento circunflexo **são menos comuns e geralmente ocorrem em palavras que indicam ênfase ou enfatizam uma ideia.**
- *Exemplos:* Pôr (verbo "pôr" no sentido de colocar, enfatizando a ação)
- Crê (verbo "crer" no sentido de acreditar, enfatizando a crença)
- Dê (verbo "dar" no sentido de dar, enfatizando a ação de dar)
- Fôr (formas do verbo "ser" no futuro do subjuntivo, enfatizando a suposição ou possibilidade)

O acento diferencial continua sendo usado no verbo **pôr**, para **distingui-lo da preposição por**, e na **forma verbal pôde** (pretérito), para diferenciá-la de pode (presente).

Exemplos:

- **Tem e têm:** para marcar a diferença entre o singular e o plural, respectivamente.

Também foi mantida a **acentuação do quê quando em função de substantivo ou em final de frase.**



clique aqui para conhecer o material completo!

INFORMÁTICA

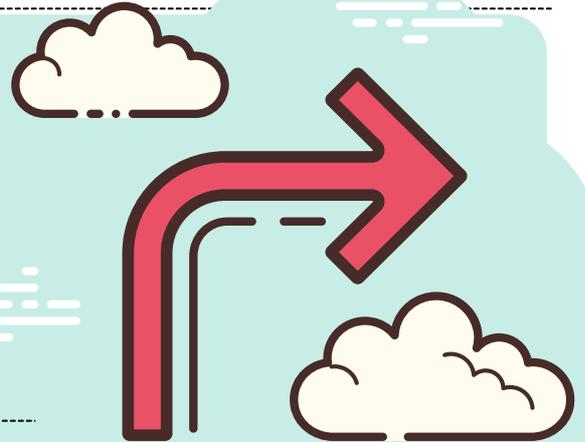


memoriza.ai

DICA 05

TECLAS DE ATALHO

Um atalho é uma tecla ou um conjunto de teclas de teclado que ao apertá-las você realizará uma ação mais rapidamente, como uma função dentro de algum programa ou sistema operacional. Você sabe quais os atalhos mais utilizados?



 + 	=	COPIAR O ITEM SELECIONADO	 + 	=	FECHAR O ITEM ATIVO OU SAIR DO APLICATIVO ATIVO
 + 	=	COLAR O ITEM SELECIONADO	 + 	=	EXCLUIR SEM COLOCAR NA LIXEIRA
 + 	=	RECORTAR O ITEM SELECIONADO	 + 	=	ABRIR O MENU INICIAR
 + 	=	DESFAZER UMA AÇÃO	 + 	=	ALTERNAR ENTRE OS ITENS ABERTOS
 + 	=	REFAZER UMA AÇÃO	 + 	=	ABRE O MENU DE AJUDA



A Microsoft adiciona um atalho padrão em todas as edições recentes do Windows.



Além dos atalhos padrão, o Windows também permite que os usuários personalizem seus próprios atalhos de teclado para acessar rapidamente aplicativos, pastas e comandos específicos. Isso pode ser feito usando a funcionalidade de atalhos de teclado no Windows.

DICA 06

SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS II

PAINEL DE CONTROLE

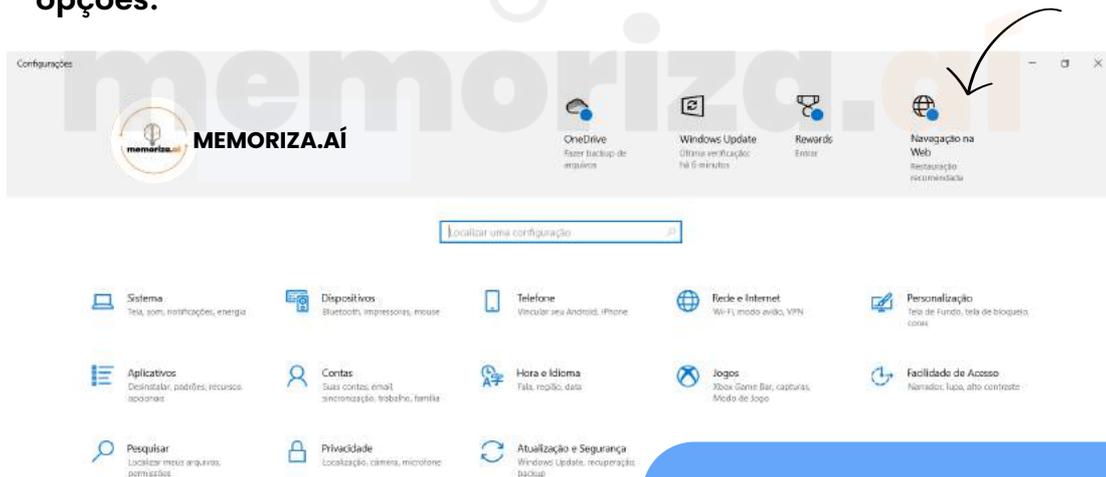


O **Painel de Controle** do Windows 10 pode ser **visualizado em três modos diferentes**:



Ícones Pequenos, Ícones Grandes e Modo de Categoria (Padrão).

Cada modo oferece uma maneira diferente de visualizar e acessar as configurações do sistema operacional. No entanto, à medida que as versões mais recentes do Windows são lançadas, a **janela de Configurações** está se tornando mais proeminente e o **Painel de Controle** pode ter menos opções.



atalho
para janela de configurações

A diagram showing the Windows key (a square with four panes) followed by a plus sign and the letter 'I' key, representing the keyboard shortcut to open the Settings application.

faça anotações aqui

DICA 07

SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS X



COPIAR/COLAR



COPIAR



Navegue até a pasta que contém o arquivo que deseja copiar. Clique com o botão direito do mouse no arquivo que deseja copiar para abrir o menu de contexto.

No menu de contexto, você pode selecionar a opção "Copiar" ou pressione as teclas:



Isso copiará o arquivo para a área de transferência do sistema.

COLAR



Agora, você pode navegar até a pasta de destino onde deseja colar o arquivo copiado.

Clique com o botão direito do mouse na pasta de destino e, no menu de contexto, **selecione "Colar"** ou pressione:



Isso colará uma cópia do arquivo na pasta de destino.



No Explorador de Arquivos do Windows, você pode usar a **guia "Início"** na faixa de opções para realizar operações de cópia e colagem de arquivos de uma maneira mais visual e intuitiva.





DICA 08 EXCEL XVIII

ATALHOS DO EXCEL

SELEÇÃO

- **SELECIONAR A CÉLULA ACIMA:** SHIFT + SETA PARA CIMA
- **SELECIONAR A CÉLULA ABAIXO:** SHIFT + SETA PARA BAIXO
- **SELECIONAR A CÉLULA À ESQUERDA:** SHIFT + SETA PARA A ESQUERDA
- **SELECIONAR A CÉLULA À DIREITA:** SHIFT + SETA PARA A DIREITA
- **SELECIONAR A LINHA ATUAL:** SHIFT + ESPAÇO
- **SELECIONAR A COLUNA ATUAL:** CTRL + ESPAÇO
- **SELECIONAR A PLANILHA INTEIRA:** CTRL + SHIFT + ESPAÇO

FÓRMULAS

- **INSERIR FUNÇÃO:** SHIFT + F3
- **AUTOSOMA:** ALT + =
- **ALTERNAR PARA A BARRA DE FÓRMULAS:** CTRL + L
- **EXIBIR OU OCULTAR FÓRMULAS NA PLANILHA:** CTRL + \

FORMATAÇÃO DE TEXTO

- **NEGRITO:** CTRL + B
- **ITÁLICO:** CTRL + I
- **SUBLINHADO:** CTRL + U
- **FORMATAR CÉLULAS:** CTRL + 1
- **FORMATAR NÚMERO COMO PORCENTAGEM:** CTRL + SHIFT + %

NAVEGAÇÃO

- **MOVER PARA A CÉLULA ACIMA:** SETA PARA CIMA
- **MOVER PARA A CÉLULA ABAIXO:** SETA PARA BAIXO
- **MOVER PARA A CÉLULA À ESQUERDA:** SETA PARA A ESQUERDA
- **MOVER PARA A CÉLULA À DIREITA:** SETA PARA A DIREITA
- **MOVER PARA O INÍCIO DA LINHA ATUAL:** HOME
- **MOVER PARA O INÍCIO DA PLANILHA:** CTRL + HOME
- **MOVER PARA A ÚLTIMA CÉLULA USADA:** CTRL + SETA PARA A DIREITA
- **MOVER PARA A ÚLTIMA CÉLULA PREENCHIDA DA COLUNA ATUAL:** CTRL + SETA PARA BAIXO

EDIÇÃO

- **COPIAR:** CTRL + C
- **COLAR:** CTRL + V
- **RECORTAR:** CTRL + X
- **DESAZER:** CTRL + Z
- **REFAZER:** CTRL + Y
- **PREENCHER CÉLULAS SELECIONADAS COM CONTEÚDO DA CÉLULA ATIVA:** CTRL + ENTER

DICA 09

NAVEGADORES VII

COOKIES



Os cookies são **pequenos arquivos de texto que os sites armazenam no navegador do usuário enquanto ele navega na web.**



Os cookies são usados para melhorar a experiência do usuário, **lembrando preferências e mantendo sessões de login ativas.**



Eles também podem ser usados para **rastrear o comportamento de navegação dos usuários, coletando informações sobre as páginas visitadas, tempo gasto em cada página e produtos ou serviços visualizados.**



Além disso, também é utilizado para **personalizar o conteúdo com base nas informações coletadas, como recomendar produtos relacionados.** Manter o *conteúdo do carrinho de compras entre sessões em sites de comércio eletrônico.*



Identificar a origem do tráfego do usuário, como mecanismo de busca ou link de referência. E **exibir anúncios direcionados com base no comportamento de navegação do usuário.**

LEMBRE-SE!

Os **cookies não capturam dados do computador**, mas coletam informações sobre a atividade no site, como preferências de idioma, histórico de navegação e itens no carrinho de compras, para fornecer uma experiência personalizada e eficiente. *Eles não têm acesso a arquivos do computador, como documentos, fotos ou senhas.*



clique aqui para conhecer o material completo! 

DIREITO ADMINISTRATIVO



memoriza.ai

DICA 10

ABUSO DE PODER

O abuso de poder é uma ação que vai além das prerrogativas e dos limites da autoridade **conferida a uma pessoa dentro do contexto da administração pública**.

Isso pode incluir **atos como coerção injustificada, discriminação, perseguição, corrupção, entre outros comportamentos** que violem os princípios de legalidade, imparcialidade, moralidade e interesse público.



No entanto, é importante destacar que **a mera divergência em relação a uma decisão ou alegação de abuso de poder não é suficiente para caracterizar esse fenômeno**. Para que seja considerado abuso de poder, **é necessário que haja uma clara violação das normas legais e éticas** que regulam a atuação da administração pública.

Em muitos sistemas legais, **existem mecanismos e recursos para responsabilizar e corrigir casos de abuso de poder**, visando garantir que a autoridade seja exercida de maneira justa, transparente e respeitosa com os direitos dos indivíduos.

O abuso é um gênero que comporta **duas espécies**

EXCESSO DE PODER

Ocorre quando uma autoridade excede os limites ou as prerrogativas legais que lhe foram conferidos. Isso significa que a autoridade está tomando ações que vão além do escopo de sua competência legal, podendo agir de maneira mais ampla ou restritiva do que o permitido.

DESVIO DE PODER

Acontece quando uma autoridade utiliza seus poderes para um fim diferente daquele para o qual esses poderes foram originalmente concedidos. Isso geralmente envolve o uso dos poderes para obter benefícios pessoais, políticos ou privados, em vez de atender ao interesse coletivo.

Ambos os conceitos envolvem ação inadequada por parte da administração pública, mas as circunstâncias específicas e as violações cometidas são diferentes em cada caso.

DICA 11

ATRIBUTOS

Os atributos do ato administrativo são características essenciais que **definem a natureza e os efeitos jurídicos** desses atos.

Existem **quatro atributos principais** que são geralmente atribuídos aos atos administrativos:

Presunção de Legitimidade

Esse atributo estabelece que os atos administrativos são considerados válidos e legais até que se prove o contrário. Isso significa que, quando um ato é emitido por uma autoridade competente, ele é presumido como correto e em conformidade com a lei, e cabe àqueles que contestam sua validade demonstrar o contrário.

Autoexecutoriedade

Alguns atos administrativos possuem o atributo da autoexecutoriedade, o que significa que a administração pública pode executar diretamente as medidas neles estabelecidas, sem a necessidade de autorização judicial prévia. Isso é frequentemente visto em multas de trânsito, embargos administrativos, entre outros.

Tipicidade

Esse atributo refere-se ao fato de que os atos administrativos são regidos por regras e padrões estabelecidos na legislação ou regulamentação. Eles devem se enquadrar em categorias específicas e seguir critérios predefinidos para serem considerados válidos.

Imperatividade

A imperatividade se refere à força coercitiva dos atos administrativos. Eles têm o poder de impor obrigações, restrições ou determinações aos destinatários, que são legalmente obrigados a cumprir as disposições do ato.

mnemônico
PATI

Presunção de Legitimidade
Autoexecutoriedade
Tipicidade
Imperatividade



Além desses quatro atributos principais, outros atributos menores também podem ser considerados, dependendo do contexto e das características do ato administrativo em questão. Esses atributos fornecem a base para a compreensão das características distintas e do impacto legal dos atos administrativos.

DICA 12

CLASSIFICAÇÕES DOS ATOS

Essas são apenas algumas das classificações possíveis. Cada uma delas oferece uma visão específica dos atos administrativos, ajudando a entender suas características e aplicações.



Quanto ao Conteúdo:

Positivos: Contêm determinações ou concessões.

Negativos: Contêm proibições ou limitações.



Quanto à Hierarquia:

Hierárquicos: Dependem da aprovação ou autorização de uma instância superior.

Subordinados: Dependem de aprovação ou autorização de uma instância inferior.



Quanto à Finalidade:

De Império: São os atos em que a Administração exerce seu poder de mando, aplicando sanções, embargos etc.

Negociais: São aqueles que a Administração pratica quando age como contratante, como concessões, permissões e autorizações.



Quanto ao Momento de Produção dos Efeitos:

Ex nunc: Os efeitos do ato ocorrem a partir do momento de sua edição.

Ex tunc: Os efeitos retroagem a um momento anterior à edição do ato.

curiosidade!

Q "ex nunc" x

As decisões ex nunc "**nunca RETROAGEM**", ou seja, só valem a partir do trânsito em julgado em diante, sem efeito retroativo



Q "ex tunc" x

á as decisões sob efeito ex tunc, sempre retroagem ao fato jurídico que originou a ação.

DICA 13

AGENTES PÚBLICOS I

Os agentes públicos são indivíduos que desempenham funções em nome do Estado ou de entidades públicas, exercendo atividades relacionadas à administração pública. Eles desempenham papéis diversos e têm responsabilidades variadas de acordo com suas atribuições e cargos.

Os agentes públicos podem ser **divididos em diversas categorias**. Vamos conhecê-las?



Agentes Políticos

exercem funções políticas e de alta direção.



Agentes Administrativos

desempenham funções de gestão e execução das políticas públicas.

podem ser subdivididos em:

Servidores Efetivos: Aprovados em concurso público, ocupam cargos permanentes na administração.

Servidores Comissionados: São nomeados para cargos de confiança, sem necessidade de concurso público, e têm atribuições de gestão.

Empregados Públicos: Trabalham em empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas.

Agentes Credenciados

atuam em colaboração com o poder público, como os médicos credenciados pelo SUS.



Agentes Delegados

exercem funções públicas em razão de contrato ou concessão, como os notários e os concessionários de serviços públicos.



DICA 14

AGENTES PÚBLICOS IV



Agentes Administrativos desempenham funções de gestão e execução das políticas públicas.

Enquanto os agentes políticos se destacam por deter considerável autoridade, permitindo-lhes exercer suas funções com independência e discricionariedade, tal atributo **não se aplica aos agentes administrativos**. Este grupo de agentes é definido, precisamente, pela **sua subordinação e pela estrutura hierárquica funcional**.

Observa-se a **presença de agentes administrativos tanto nos órgãos que compõem a administração direta quanto nas entidades que formam a administração indireta**. Em ambos os contextos organizacionais, torna-se essencial contar com agentes incumbidos de executar as tarefas requeridas para que o Poder Público possa expressar suas decisões de forma efetiva.

CARGO, EMPREGO E FUNÇÃO PÚBLICA



- ✓ É uma **posição** na estrutura da administração pública, **com atribuições e responsabilidades específicas**.
- ✓ Geralmente está associado à administração direta (órgãos) e é **preenchido por meio de concurso público**.
- ✓ O ocupante de um **cargo público é chamado de servidor público**.
- ✓ Os cargos têm um conjunto de **atribuições, requisitos de qualificação e remuneração** previamente estabelecidos em lei.
- ✓ Exemplos: Analista Administrativo, Técnico em Saúde, Auditor Fiscal.

CARGOS ISOLADOS: são constituídos por uma única classe, sem a possibilidade de progressão na carreira para o ocupante ao longo do tempo.

CARGOS EM CARREIRA: são estruturados em várias classes, permitindo que os servidores progridam na carreira após um determinado período e, desde que cumpram os requisitos legais estabelecidos.



clique aqui para conhecer o material completo! 

DIREITO CONSTITUCIONAL



memoriza.ai

DICA 15

DIREITO DE PROPRIEDADE – PARTE I

O direito de propriedade é tratado como norma constitucional de eficácia contida e, portanto, está sujeita à atuação restritiva por parte do Poder Público. Assim como todos os direitos fundamentais, o **direito de propriedade não é absoluto**: é preciso que o proprietário dê à propriedade uma função social.

No entanto, só é permitido a desapropriação com base na proteção do interesse público, em três situações:

possibilidades de **DESAPROPRIAÇÃO**



a indenização, no caso de desapropriação, será mediante prévia e justa indenização em dinheiro,



- **NECESSIDADE PÚBLICA:** SÃO SITUAÇÕES EM QUE UM BEM É ESSENCIAL PARA UMA ATIVIDADE ESSENCIAL DO ESTADO.
- **UTILIDADE PÚBLICA:** OCORRE QUANDO O BEM NÃO É INDISPENSÁVEL, MAS É DESEJÁVEL PARA UMA ATIVIDADE ESTATAL.
- **INTERESSE SOCIAL:** APLICÁVEL EM CASOS EM QUE UM BEM É NECESSÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO PAÍS.



DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA;
(a indenização em títulos da dívida agrária)



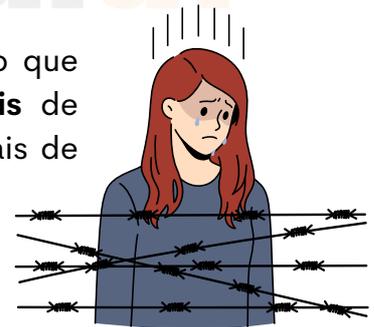
DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL URBANO NÃO-EDIFICADO QUE NÃO CUMPRIU SUA FUNÇÃO SOCIAL;
(a indenização se dará mediante títulos da dívida pública)



DESAPROPRIAÇÃO CONFISCATÓRIA;
(desapropriação sem indenização)

casos em que a indenização pela **desapropriação NÃO será em dinheiro.**

Há a possibilidade de desapropriação **sem indenização**. É o que ocorre na **expropriação de propriedades urbanas e rurais** de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou exploração de trabalho escravo.



LEMBRE-SE!

Esse inciso costuma ser cobrado em sua literalidade. Memorize-o!

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia **indenização em dinheiro**, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

Previsão constitucional: Art. 5º, XXIV, CF.

DICA 16

DIREITO DE PROPRIEDADE – PARTE II

XXV – no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

Previsão constitucional: Art. 5º, XXV, CF.

Esse inciso é dedicado à requisição administrativa, que é quando o Poder Público, **diante de um perigo público iminente**, usa seu poder de império (de coação) para usar bens ou serviços de particulares.

explicando melhor...

perigo publico iminente

EM CASO DE IMINENTE PERIGO PÚBLICO, O ESTADO **PODE REQUISITAR** A PROPRIEDADE PARTICULAR.

exemplo:
No caso de uma enchente que destrua várias casas de uma cidade, a Prefeitura pode requisitar o uso de uma casa que tenha permanecido intacta, para abrigar aqueles que não têm onde ficar.

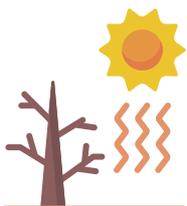
A propriedade permanece sendo propriedade do proprietário, sendo apenas cedida gratuitamente ao Poder Público.



O proprietário do bem **será indenizado apenas em caso de dano**.

No exemplo em questão, o Estado **não teria que arcar** com o pagamento de aluguel ao proprietário pelo uso do imóvel.

observações:



O **perigo público deve ser previsível**, ou seja, deve ser algo que acontecerá em breve. No caso em questão, o Estado não poderia requisitar a moradia durante a estação da seca, uma vez que há a possibilidade de uma inundação ocorrer por vários meses depois.

DICA 17

TRIBUNAL DO JÚRI – PARTE I

Esse inciso costuma ser cobrado em sua literalidade. Memorize-o!

XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

- a) a plenitude de defesa;
- b) o sigilo das votações;
- c) a soberania dos veredictos;
- d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

Previsão constitucional: Art. 5º, XXXVIII, CF.



mnemônico

Com PS2

Plenitude de defesa;

Sigilo das votações;

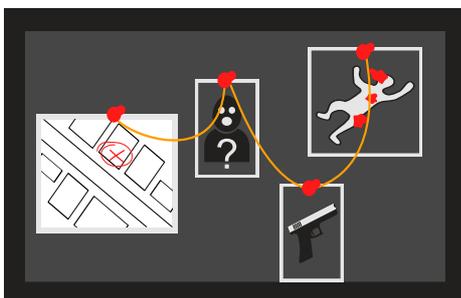
Soberania dos veredictos;

Competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;



O presente inciso trata do júri, uma instituição criada para a sociedade participe de forma efetiva do julgamento de cidadãos acusados de alguns crimes específicos.

Em suma, esse inciso reconhece o júri como a **única instância do sistema jurídico brasileiro que pode julgar os chamados crimes dolosos contra a vida**, ou seja, aqueles cometidos intencionalmente e que, de alguma forma, atingem o direito à vida.



São exemplos de **crimes dolosos contra a vida**: homicídio, induzimento, instigação ou auxílio a suicídio, infanticídio e aborto.

DICA 18

DISCRIMINAÇÃO DE DIREITOS E LIBERDADES FUNDAMENTAIS PARTE IV

Esse inciso costuma ser cobrado em sua literalidade. Memorize-o!

XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

Previsão constitucional: Art. 5º, XLIV, CF.

O inciso XLIV trata de mais um crime: **a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático**. Esse crime, assim como o racismo, **também é inafiançável e imprescritível**. Ou seja, **não está sujeito à prescrição e pode ser punido a qualquer momento**, mesmo após um longo período desde sua prática.

Nunca mais esqueça!

RACISMO
INAFIANÇÁVEL;
IMPRESCRITÍVEL;

AÇÃO DE GRUPOS ARMADOS
Civis ou Militares.
INAFIANÇÁVEL;
IMPRESCRITÍVEL;

3T
INAFIANÇÁVEL;
INSUSCETÍVEIS DE GRAÇA/ANISTIA;

Contra:
Ordem Constitucional;
Estado Democrático;

TORTURA

TRÁFICO

TERRORISMO

CRIMES HEDIONDOS

Por eles respondendo
Mandantes;
Executores;
Os que, poderiam evita-los, se omitirem.

DICA 19

DIREITOS SOCIAIS INDIVIDUAIS DOS TRABALHADORES PARTE II

II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III - fundo de garantia do tempo de serviço;

Previsão constitucional: Art. 7º, II e III CF.

É importante notar que o seguro-desemprego é **concedido somente em situações de desemprego involuntário.**

As bancas examinadoras frequentemente buscam confundir os candidatos, mencionando o termo **"desemprego voluntário"**, o que é incorreto.

O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) é **recolhido pelo empregador à taxa de 8% sobre a remuneração paga ou devida** no mês anterior a cada trabalhador.

É essencial ressaltar que o FGTS **não é um direito destinado aos servidores públicos estatutários.**



curiosidade!

Q "desemprego voluntário" X

O desemprego involuntário acontece em caso de demissão sem justa causa ou de demissão por culpa do empregador. Ou seja, quando a pessoa estava trabalhando e perde o seu emprego por motivo que não depende da sua vontade.





clique aqui para conhecer o material completo!

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO



memoriza.ai

DICA 20

CONECTIVOS LÓGICOS I



CONECTIVO "E" (CONJUNÇÃO)

A conjunção é uma operação lógica na qual a **proposição composta é verdadeira somente se ambas as proposições simples que a compõem também forem verdadeiras**. Se pelo menos uma das proposições simples for falsa, a conjunção será falsa.

Portanto, na conjunção, **o valor lógico predominante é o falso**, pois é necessário que todas as condições sejam atendidas para que a proposição composta seja verdadeira.

EXEMPLO:

No caso da sentença "Estudar é necessário e ser nomeado é uma glória", **essa proposição composta só será verdadeira se ambas as proposições simples que a compõem forem verdadeiras**:

- "Estudar é necessário" (Verdadeira)
- "Ser nomeado é uma glória" (Verdadeira)

Se ambas essas afirmações forem verdadeiras, então a sentença composta "Estudar é necessário e ser nomeado é uma glória" será verdadeira. Caso contrário, se pelo menos uma das afirmações for falsa, a sentença composta será falsa.

Esse é um exemplo de como a conjunção funciona na lógica para combinar proposições e avaliar sua verdade, **ambas as condições devem ser satisfeitas para que a sentença seja verdadeira. Caso contrário, ela será falsa.**

TABELA VERDADE DA CONJUNÇÃO "E"

SERÁ VERDADEIRA QUANDO TODAS AS PROPOSIÇÕES FOREM VERDADEIRAS

p	q	p e q
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

faça anotações aqui

DICA 21

RACIOCÍNIO SEQUENCIAL III



SEQUÊNCIA DE FIBONACCI

A sequência de Fibonacci é uma **sequência de números que começa com os dois primeiros números iguais a 1 e 1 (ou às vezes 0 e 1) e, a partir do terceiro número em diante, cada número na sequência é a soma dos dois números anteriores.**

1, 1, 2, 3, 5, 8, 13, 21, 34, 55, 89, 144, ...

Para gerar a sequência de Fibonacci, você começa com 1 e 1. Em seguida, adiciona $1 + 1$ para obter o terceiro número, que é 2. Depois, você adiciona $1 + 2$ para obter o quarto número, que é 3, e assim por diante.

A sequência de Fibonacci continua indefinidamente, **sempre adicionando os dois termos anteriores para obter o próximo termo.** À medida que você avança na sequência, a proporção entre os termos consecutivos se aproxima do número áureo (Phi), que é aproximadamente igual a 1,61803.

VEJA ABAIXO COMO ISSO FUNCIONA NA PRÁTICA

1. $F_1 = 1$
2. $F_2 = 1$
3. $F_3 = F_1 + F_2 = 1 + 1 = 2$
4. $F_4 = F_2 + F_3 = 1 + 2 = 3$
5. $F_5 = F_3 + F_4 = 2 + 3 = 5$
6. $F_6 = F_4 + F_5 = 3 + 5 = 8$
7. $F_7 = F_5 + F_6 = 5 + 8 = 13$
8. $F_8 = F_6 + F_7 = 8 + 13 = 21$
9. $F_9 = F_7 + F_8 = 13 + 21 = 34$
10. E assim por diante...

$$F_n = \begin{cases} 1, & \text{se } n = 1 \\ 1, & \text{se } n = 2 \\ F_{n-1} + F_{n-2}, & \text{se } n \geq 3 \end{cases}$$

DICA 22

EQUAÇÕES II



EQUAÇÃO DE SEGUNDO GRAU

EQUAÇÃO DE SEGUNDO GRAU

Uma equação de segundo grau é uma equação algébrica que pode ser escrita na forma geral:

$$ax^2 + bx + c = 0$$

- **Onde:** x é a variável (a incógnita que estamos tentando encontrar).
- **$a, b, e c$** são coeficientes constantes, com **a** sendo diferente de zero.

A solução de uma equação de segundo grau pode envolver até duas soluções diferentes para a variável x . Essas soluções podem ser números reais ou números complexos, dependendo do valor do discriminante (Δ), que é dado por:

$$\Delta = b^2 - 4ac$$

- **Se $\Delta > 0$,** a equação possui duas soluções distintas e reais para x .
- **Se $\Delta = 0$,** a equação possui uma única solução real para x .
- **Se $\Delta < 0$,** a equação possui duas soluções complexas (não reais) para x .

Para encontrar as soluções de uma equação de segundo grau, você pode usar a fórmula quadrática, que é:

$$X = \frac{-b \pm \sqrt{b^2 - 4ac}}{2a}$$

- **Onde:** \pm indica que existem duas soluções, uma com o sinal positivo e outra com o sinal negativo.
- $\sqrt{\Delta}$ é a raiz quadrada do discriminante.

Por exemplo, para resolver a equação $x^2 - 4x + 3 = 0$, você pode calcular o discriminante primeiro:

$$\Delta = (-4)^2 - 4 \cdot 1 \cdot 3 = 16 - 12 = 4$$

Como $\Delta > 0$, a equação possui duas soluções reais. Você pode usar a fórmula quadrática para encontrar essas soluções:

$$x = \frac{-(-4) \pm \sqrt{4}}{2 \cdot 1} = \frac{4 \pm 2}{2} = 2 \pm 1$$

Portanto, as soluções são $x=3$ e $x=1$.



clique aqui para conhecer o material completo! 

LICITAÇÕES E CONTRATOS

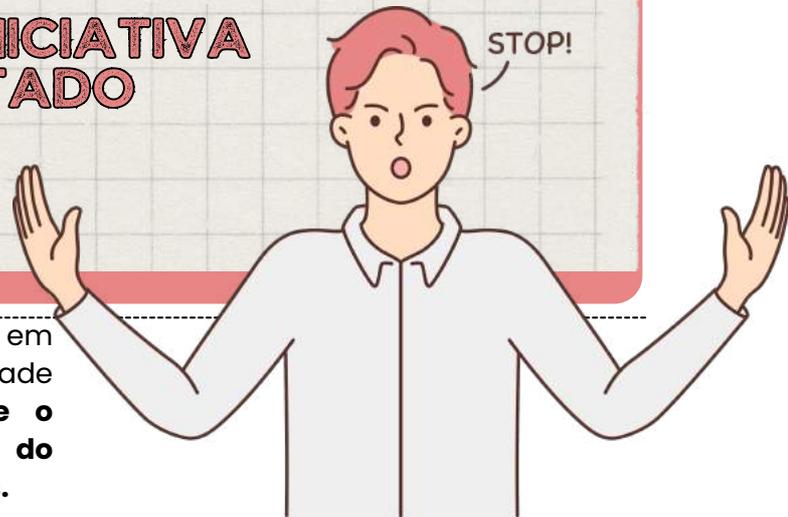


memoriza.ai

DICA 23

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS XII

RESCISÃO POR INICIATIVA DO CONTRATADO



A rescisão por iniciativa do contratado em contratos administrativos é uma possibilidade prevista na legislação, **permitindo que o contratado solicite o encerramento do contrato em determinadas circunstâncias.**

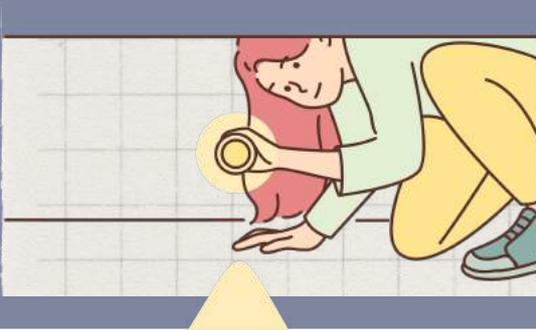
QUAIS ESSAS CIRCUNSTÂNCIAS?

- O contratado pode solicitar a rescisão **se a Administração Pública descumprir cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.**
- Caso haja alterações unilaterais promovidas pela Administração que **acarretem modificação do valor inicial do contrato além dos limites permitidos por lei**, o contratado pode requerer a rescisão.
- Se houver **atraso superior a 90 dias nos pagamentos devidos pela Administração** decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, o contratado pode optar pela rescisão.
- Se a Administração **não liberar a área, local ou objeto para execução nos prazos contratuais**, ou se não fornecer as fontes de materiais naturais especificadas no projeto, o contratado pode solicitar a rescisão.
- Se **ocorrer caso fortuito ou de força maior que impeça a execução do contrato**, o contratado pode requerer a rescisão.



DICA 24

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS XIII



FISCALIZAÇÃO



A fiscalização da execução do contrato é uma **prerrogativa da Administração Pública, que deve designar um representante para acompanhamento e fiscalização**. Esse representante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e tomará medidas para regularização de faltas ou defeitos observados.

RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO

O contratado é **responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato**. A responsabilidade do contratado não é excluída ou reduzida pela fiscalização ou acompanhamento da Administração.



A responsabilidade pelos **danos decorrentes durante a execução do contrato é do contratado**, e essa responsabilidade é de natureza subjetiva. Isso significa que é necessário demonstrar a culpa do contratado para que o direito à reparação do prejuízo seja reconhecido.



O contratado é **responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato**, conforme estabelecido pelo artigo 70 da Lei de Licitações.



A lei estabelece que **a Administração Pública é responsável solidária junto ao contratado apenas em relação aos encargos previdenciários**. Na responsabilidade solidária, tanto o contratado quanto a Administração são responsáveis pelos pagamentos, sem hierarquia entre eles.



AQUI ESTÃO ALGUMAS REGRAS IMPORTANTES A LEMBRAR:

- O contratado é **responsável pelos encargos decorrentes da execução do contrato**.
- Débitos previdenciários são de **responsabilidade solidária da Administração**.
- Se houver falhas na fiscalização dos pagamentos trabalhistas, a **Administração poderá ser acionada, mas somente se a omissão puder ser comprovada**.



DICA 25

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS XIV



PENALIDADES



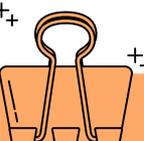
As sanções administrativas que a Administração pode aplicar pode ser **em caso de inexecução total ou parcial do contrato.**

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, a Administração pode aplicar as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

- **Advertência.**
- **Multa**, conforme previsto no instrumento convocatório ou no contrato.
- **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por um prazo não superior a dois anos.
- **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. A reabilitação é concedida quando o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

- A pena de multa **pode ser aplicada cumulativamente** com qualquer uma das outras.
- Tanto a suspensão temporária de participação em licitação quanto a declaração de inidoneidade **têm o efeito de impedir que o infrator contrate com a Administração Pública ou participe de licitações.** A **suspensão** tem um limite **máximo de dois anos**, enquanto a **declaração de inidoneidade não possui um limite definido**, mas entende-se que o mínimo é de dois anos.
- O **STJ** entende que tanto a suspensão quanto a declaração de inidoneidade **têm caráter extensivo para todos os entes da Federação.** Por outro lado, o **TCU** tem entendido que a **suspensão se refere apenas ao órgão que aplicou a sanção**, enquanto a declaração de inidoneidade se estende a todos os entes federativos.





clique aqui para conhecer o material completo!

DIREITO PENAL



memoriza.ai

DICA 26

APLICAÇÃO DA LEI PENAL I

LEI PENAL NO TEMPO



ENTENDA A APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO



A lei penal brasileira estipula que **nenhum crime será punível se não estiver previsto anteriormente em lei.**

- Contudo, ao contrário da **lei processual penal**, que se aplica imediatamente quando alterada, a nova legislação penal que favoreça o agente pode ser aplicada retroativamente, inclusive em casos já julgados e com sentença condenatória transitada em julgado.



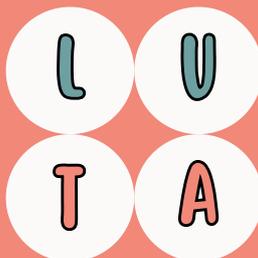
Observação importante sobre a Constituição - Artigo 5º, XL da CF: **a lei penal não retroagirá, exceto para favorecer o réu.**



TEMPO DO CRIME

APLICAÇÃO DA LEI PENAL

- De acordo com o artigo 4º do CP, a **lei penal aplicável é a que estava em vigor no momento da ação ou omissão.**
- No Direito Penal, **utiliza-se a teoria da atividade**, considerando o crime como praticado no instante em que o agente executa a conduta, o que ocorre após o início da ação.



MNEMÔNICO

LUGAR = UBIQUIDADE
TEMPO = ATIVIDADE



DICA 27

APLICAÇÃO DA LEI PENAL II

RETROATIVIDADE DA LEI PENAL



COMO ISSO FUNCIONA?



O Princípio da Retroatividade da Lei Penal é a **aplicação da lei penal vigente ao tempo no qual o crime foi cometido.**

Como regra geral, **a nova lei será aplicável durante o tempo de sua vigência** ou de acordo com a legislação em vigor no período em que o delito ocorreu.



No sistema jurídico brasileiro, **adotamos o princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa (nullum crimen, nulla poena sine praevia lege poenali)**, o que significa que uma lei penal mais severa não pode retroagir para atingir fatos pretéritos.

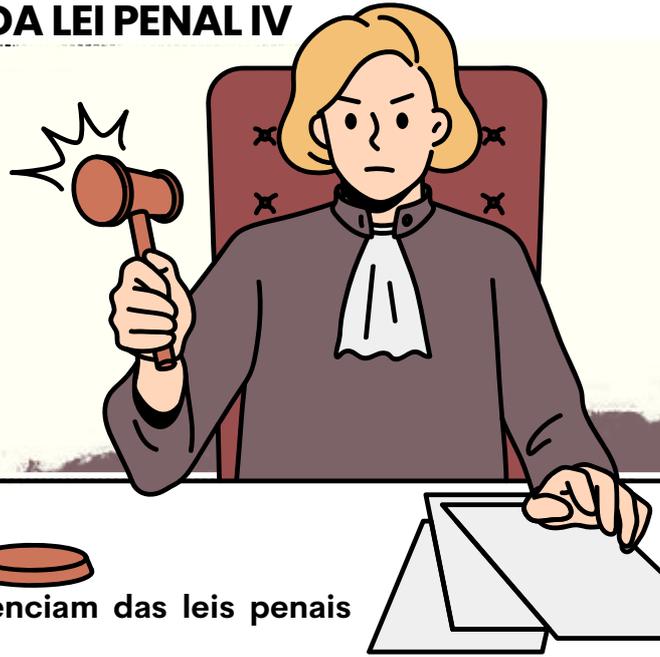
JURISPRUDÊNCIA A REGRA DA ANTERIORIDADE LEGAL E A IRRETROATIVIDADE DA LEI PENAL

- De acordo com o artigo 1º e 2º do Código Penal, **a lei penal passa a ser aplicável a partir do momento em que é promulgada**, respeitando a regra da anterioridade legal.
- É importante destacar que **a lei penal não pode ser utilizada retroativamente, exceto se for em benefício do réu.** Este princípio é baseado na Constituição Federal, que garante a **irretroatividade da lei penal.**

DICA 28

APLICAÇÃO DA LEI PENAL IV

LEIS TEMPORÁRIAS E EXCEPCIONAIS



ENTENDA SUAS CARACTERÍSTICAS E APLICAÇÃO

As leis temporárias e excepcionais possuem particularidades que as diferenciam das leis penais comuns.

- Elas são **autorrevogáveis** e não precisam de uma nova lei posterior para serem revogadas.
- Ao término de sua vigência, **deixam automaticamente de produzir efeitos jurídicos**.



- Além disso, **as leis se aplicam somente aos fatos ocorridos durante seu período de vigência**, conforme o art. 3º do CP. Dessa forma, todas as condutas praticadas durante sua vigência, mesmo após a revogação, **serão regulamentadas pelas leis temporárias ou excepcionais**.

EXEMPLO PRÁTICO:

DURANTE O PERÍODO DE RACIONAMENTO DE ÁGUA, FOI EDITADA UMA LEI QUE TIFICAVA COMO CRIME O BANHO COM DURAÇÃO SUPERIOR A 10 MINUTOS. SE UM INDIVÍDUO TOMOU BANHO DURANTE ESSE PERÍODO E FOI PROCESSADO APÓS O TÉRMINO DA VIGÊNCIA DA LEI, **ELE SERÁ CONDENADO DE ACORDO COM A LEI EXCEPCIONAL, MESMO QUE A LEI JÁ TENHA SIDO REVOGADA.**



DIFERENÇA ENTRE LEIS TEMPORÁRIAS E EXCEPCIONAIS

As leis temporárias possuem um prazo de vigência pré-determinado, com data definida no calendário. Em contrapartida, as leis excepcionais são criadas para serem válidas durante um período emergencial.



DICA 29

APLICAÇÃO DA LEI PENAL V

LEI PENAL NO
ESPAÇO



FIQUE ATENTO!

Esse tópico é altamente cobrado em concursos. A **Lei Penal no Espaço** estabelece o **local onde o crime é cometido**, servindo como um guia para resolver situações em que o **delito começa em um território e é consumado em outro**.

LIMITAÇÕES DO CAMPO DE VALIDADE DA LEI PENAL NO CÓDIGO PENAL

O Código Penal estabelece **limitações ao alcance da lei penal**, por meio da observância de dois requisitos fundamentais: **territorialidade e extraterritorialidade**.

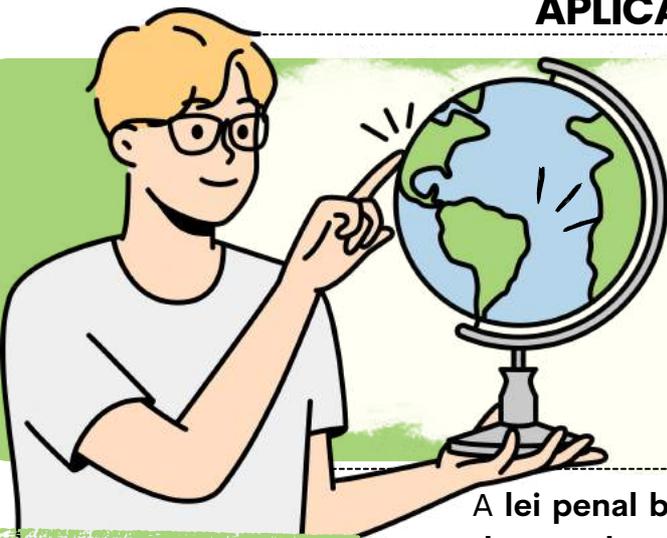
TERRITORIALIDADE

APLICAÇÃO DA LEI PENAL E A TERRITORIALIDADE

- A aplicação da lei penal em relação aos países soberanos é regida pela regra geral da territorialidade. De acordo com o artigo 5º do Código Penal, **a lei brasileira se aplica a todos os crimes cometidos em território nacional**.
- No entanto, **há exceções em casos onde um brasileiro comete um crime no exterior ou quando um estrangeiro comete um crime no Brasil**. Para resolver esses problemas, foi criado o princípio da territorialidade temperada ou mitigada.

DICA 30

APLICAÇÃO DA LEI PENAL VI



TERRITÓRIO BRASILEIRO

A lei penal brasileira é aplicável em qualquer crime cometido dentro dos limites territoriais do país. Em geral, se alguém cometer um homicídio dentro do Brasil, será julgado de acordo com as leis brasileiras.

O QUE ESTÁ COMPREENDIDO DENTRO DO CONCEITO DE TERRITÓRIO NACIONAL?

TERRITÓRIO PROPRIAMENTE DITO:

- **Superfície** terrestre;
- **Mar** territorial - até 12 milhas;
- **Águas** interiores;
- **Espaço aéreo** correspondente;



TERRITÓRIO POR EXTENSÃO:

- **Embarcações e aeronaves** pertencentes ao governo brasileiro, independentemente de sua localização.
- **Embarcações e aeronaves registradas no Brasil, de propriedade privada**, que estejam navegando em alto-mar ou sobrevoando o espaço aéreo correspondente.

- SE UM CRIME OCORRER EM UM **AVIÃO PÚBLICO BRASILEIRO NO ESPAÇO AÉREO DE OUTRO PAÍS**, OS INFRATORES **SERÃO JULGADOS PELAS LEIS BRASILEIRAS**.
- MAS SE O CRIME OCORRER EM UM **AVIÃO PARTICULAR BRASILEIRO NO ESPAÇO AÉREO DE OUTRO PAÍS**, AS LEIS BRASILEIRAS **SÓ SERÃO APLICÁVEIS SE A AERONAVE ESTIVER EM SOLO OU ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO OU NO ALTO-MAR (ÁGUAS INTERNACIONAIS)**.



Há situações em que um crime será cometido no Brasil e que não haverá aplicação da lei penal brasileira. São os casos em que há **convenções, tratados e regras do direito internacional** que dispõem especificamente sobre essas situações.



CHEGAMOS AO FIM

Ao escolher nossa abordagem única de guia de estudos para o **concurso da Polícia Civil de Pernambuco**, você não está apenas adquirindo material de preparação; está garantindo um roteiro direcionado para o seu sucesso.

É o momento de abandonar métodos de estudo desorganizados e abraçar uma estratégia eficiente que não só economiza seu tempo, mas também fortalece sua preparação, transformando você em um candidato mais capacitado e confiante.

Com a confiança de que nosso guia inovador revolucionará sua trajetória de estudos, convidamos você a não perder a chance de transformar seu processo de preparação em algo mais eficaz e assertivo. A aprovação nos concursos dos seus sonhos em 2024 está ao seu alcance, e estamos aqui para guiá-lo nessa jornada.

Não deixe escapar a oportunidade de abrir as portas para um futuro repleto de conquistas e realizações profissionais na área da Polícia Civil. Invista em seu potencial, invista em seu futuro! Adquira agora nosso guia de estudos e dê o primeiro passo em direção ao sucesso.

Estamos ansiosos para celebrar sua aprovação e testemunhar o início de uma nova e promissora fase em sua carreira. 🌟👮

BONS ESTUDOS!



[clique aqui para conhecer o material completo!](#)



[Acesse nosso Instagram](#)